

A recepção de Max Weber no pensamento de Fernando Henrique Cardoso e a legitimação intelectual do projeto de reforma do Estado no Brasil

MARCOS ABRAAO RIBEIRO (INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE)

Resumo

Este artigo analisa a recepção de Max Weber, realizada por Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de defender a centralidade do conceito de patrimonialismo para o sociólogo que o utilizou para interpretar o atraso brasileiro, resultante da dominação tradicional representada pela colonização de interesses privados no Estado. Desta forma, defendo a centralidade de Cardoso como o principal sistematizador político da tese do patrimonialismo no Brasil, pois esta foi central para o projeto de reforma do Estado desenvolvido durante o governo FHC.

Palavras-chave: FHC, Max Weber, reforma do Estado, atraso brasileiro.

Introdução

Ao assumir a Presidência de República, em 1995, Fernando Henrique Cardoso teve como objetivo central acabar com a chamada Era Vargas (Barboza Filho, *Os Paulistas no Poder*). Isto porque o modelo nacional-desenvolvimentista criado em 1930 seria o responsável por encastelar interesses privados no seio do Estado, fazendo com que este fosse o responsável por mazelas como a profunda desigualdade social existente no país. Paratanto, o governo FHC produziu um amplo programa de privatizações e de abertura econômica. Desta forma, poder-se-ia integrar o Brasil à economia globalizada, bem como extirpar os interesses privados presentes no Estado e construir um modelo de gestão gerencial.

Este objetivo de acerto de contas com a tradição política brasileira seria uma demonstração clara da dicotomia existente entre o intelectual e o político, pois o suposto passado marxista de Cardoso se contrapunha às medidas tomadas pelo seu governo. Bernardo Sorj talvez seja o autor a melhor articular a interpretação sobre a incoerência entre as instâncias do intelectual e do político em Cardoso. Isto porque o sociólogo seria um socialista declarado nos anos 1980, fazendo com que suas ações como político

fossem o reflexo de uma clara incoerência com o seu passado. Tal fato ocorreu porque Cardoso teria elaborado os seus projetos como político fora do marco teórico e ideológico em que transitara como sociólogo (Sorj, *Fernando Henrique Cardoso* 121). Portanto, Cardoso não seria coerente com o seu passado.

Como elemento auxiliar da dicotomia entre o intelectual e o político, existe a tese sobre a importância central de Raymundo Faoro como o pilar dos debates político-ideológicos sobre uma suposta tradição patrimonialista no Brasil (Campante, *Raymundo Faoro: Brasil*). Nesse sentido, Cardoso, cujo projeto político foi a proposição de uma revolução antipatrimonialista (Souza, *Para além de Raymundo Faoro?*), teria recepcionado a obra de Faoro na construção de seu projeto político com a criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Esta interpretação foi sistematizada no Brasil a partir dos trabalhos de Luiz Werneck Vianna (*Weber e a Interpretação do Brasil, O presidente e a revolução passiva*). A tese de Werneck Vianna é fundamental, pois demonstra como além das questões conjunturais a interpretação *weberiana* do Brasil foi basilar para o processo de reforma do Estado. Este ponto é crucial pois, como defende Jessé Souza, as ideias produzidas pela ciência possuem um papel

central para a legitimação da dominação simbólica. A partir da relação de continuidade entre religião e ciência, Souza demonstra como ocorre a institucionalização das ideias e sua naturalização na vida cotidiana através da determinação do comportamento prático dos indivíduos (*A guerra contra o Brasil* 24). Para Souza, portanto, um processo de dominação material só pode ser plenamente compreendido quando analisamos a trama das ideias que legitima e justifica a dominação (*A guerra contra o Brasil*).

Para sustentar a força das ideias, Souza propõe uma cadeia funcional que nos permite compreender sua eficácia na vida cotidiana: “a) o nível da produção de ideias abstratas b), o nível dos operadores dessas ideias abstratas nas constelações de poder fático; e, finalmente, c) os divulgadores e popularizadores das ideias dominantes.” Essa cadeia é desdobrada, de forma concreta, nas disputas no campo intelectual, científico e universitário, nos operadores dos subsistemas da política, do direito e da economia e nos divulgadores existentes e na esfera pública maior (*A guerra contra o Brasil* 28).

Através da estrutura proposta por Souza, temos condições de sustentar a eficácia social das ideias, ou seja, como são justificadas e legitimadas na vida cotidiana. A citação a seguir vai ao encontro do argumento de Souza: “O conceito de patrimonialismo, na trilha de sua legitimação, difusão e solidificação acadêmica e social, sofreu essa espécie de ‘modificação’, criou aquele tipo de ‘vida própria’ – alheia e, em alguns momentos e elementos, até contrária à sua formulação original” (Campante, *Patrimonialismo no Brasil* 122).

Desta forma, a compreensão ampla do projeto de reforma do Estado no Brasil é alcançada quando transpassamos as questões conjunturais e procuramos entender como as ideias produzidas pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso se materializaram em um programa político nos anos 1990.

O artigo é dividido em três partes. Na primeira, apresento a recepção de Max Weber no Brasil para que eu possa demonstrar a importância do conceito de patrimonialismo para Cardoso. Na segunda parte, exponho

a metodologia de Florestan Fernandes para defender que tanto Karl Marx quanto Max Weber são fundamentais para a compreensão das teses de Cardoso, mesmo que a sociologia da dominação weberiana seja o fio condutor de suas interpretações sobre o Brasil. Na terceira, demonstro como Cardoso recepciona a sociologia weberiana para interpretar o Brasil entre as décadas de 1950 e 1980. Por fim, apresento como Cardoso mobiliza o conceito de patrimonialismo nos anos 1980 e 1990 para legitimar intelectualmente o projeto de reforma do Estado no Brasil. Nas considerações finais, defendo a necessidade da vinculação da obra de Cardoso com o projeto de reforma do Estado levado a cabo pelo PSDB.

A recepção de Max Weber no Brasil

Antes de demonstrar como Cardoso recepcionou a sociologia da dominação weberiana, apresento como o sociólogo alemão foi recepcionado em nosso pensamento social e político, bem como quais foram os principais autores a fazê-lo. De acordo com Dias, o primeiro trabalho sobre o sociólogo alemão foi elaborado por Emílio Willens, que publicou o artigo *Patrimonialismo e Administração* na Revista de Administração Pública, em 1945 (*Presença de Max Weber* 49). A partir da leitura pioneira de Willens, foram realizados outros trabalhos por intelectuais como Guerreiro Ramos, L.A. Costa Pinto e Florestan Fernandes, cujos temas giravam em torno da burocracia como tipo ideal, modalidades de poder e as dimensões e tipos de estratificação social (Dias, *Presença de Max Weber* 49). As primeiras leituras de Weber no Brasil, contudo, não foram realizadas em alemão, mas sim através das traduções em espanhol e inglês.

Todas essas leituras tinham como pano de fundo compreender o processo de mudança social no Brasil, que passava por um importante processo de mudança em torno da urbanização e da industrialização. Nesse sentido, Villas Bôas argumenta que durante longo período nossos intelectuais se debruçaram sobre o país com intuito de demarcar suas particularidades para apontar as possibilidades de desenvolvimento, uma vez que o Brasil seria marcado pela

perspectiva do descompasso em relação aos países centrais, *modernos e desenvolvidos* (*A recepção controversa de Max Weber*).

Como traço decisivo foi realizada uma interpretação que demarcava a dualidade entre tradição e modernidade (Villas Bôas, *A recepção controversa de Max Weber*). Com isso, parte dos sociólogos brasileiros reportou uma perspectiva normativa que possuía como elemento central a institucionalização da sociedade moderna, como supostamente existente nos países centrais (Villas Bôas, *A recepção controversa de Max Weber* 18). Portanto, a recepção de Weber tinha como interesse compreender o *atraso* da sociedade brasileira e lutar pela sua superação.

De acordo com Werneck Vianna (*Weber e a Interpretação do Brasil*), o Weber recepcionado no Brasil não fora aquele das patologias da modernidade, mas sim do acesso ao moderno. Para tanto, Werneck Vianna propõe duas formas de recepção do sociólogo alemão a partir de sua sociologia da dominação e da consequente perspectiva do *atraso*: o patrimonialismo estatal, que seria oriundo da herança ibérica, cujos autores principais são Raymundo Faoro (*Os Donos do Poder*) e Simon Schwarzman (*Bases do Autoritarismo Brasileiro*); e o patrimonialismo societal, oriundo das relações de produção no mundo agrário, cujos autores principais são Florestan Fernandes (*A revolução burguesa*) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (*Homens livres na ordem escravocrata*).

Para a recepção de Weber denominada de *patrimonialismo de Estado*, o Brasil havia herdado uma cultura privatista com a transferência do Estado português, uma vez que o Estado antecede aos grupos de interesse, sendo o grande responsável por mazelas como a desigualdade social (Werneck Vianna, *Weber e a Interpretação do Brasil*). Ou seja, nossos males seriam provenientes da colonização ibérica. Essa interpretação teria como fim político-normativo a reforma do Estado, que poderia abri-lo à diversidade dos interesses existentes na sociedade civil. Desta forma, o sistema de representação seria imposto, bem como os interesses seriam libertos de qualquer razão tutelar (Werneck Vianna, *Weber e a Interpretação do Brasil* 36). Com a concessão de liberdade à diversidade de

interesses na sociedade haveria a constituição de uma dinâmica benfazeja, que teria como ponto central produzir maior igualdade social (Werneck Vianna, *Weber e a Interpretação do Brasil*).

Esta versão, portanto, tem como ponto fundamental a política como foco analítico, pois o Estado seria o grande entrave à consolidação da modernidade no Brasil (Sell, *As duas teorias do patrimonialismo*). Além destas características, esta ponta da recepção de Weber ainda seria a versão hegemônica na academia e na opinião pública brasileiras:

O Weber da versão hegemônica nas ciências sociais e na opinião pública sobre a controvérsia sobre a interpretação do Brasil tem sido aquele dos que apontam o nosso atraso como resultante de um vício de origem, em razão do tipo de colonização a que fomos sujeitos, a chamada herança do patrimonialismo ibérico, cujas estruturas teriam sido ainda mais reforçadas com o transplante, no começo do século XIX, do Estado português no solo americano. (Werneck Vianna, *Weber e a Interpretação do Brasil* 35)

Já a outra ponta da recepção de Weber tem na sociologia seu suporte. Esta interpretação afirma que nosso patrimonialismo é fruto das relações de produção no mundo agrário. Para a recepção de Weber que enfoca o patrimonialismo de origem societal, o Estado é considerado como instrumento da dominação de classes. Além disso, o Estado não se caracteriza como um Estado português prolongado, uma vez que houve uma combinação ambígua entre a ordem racional legal, advinda do Estado, e a patrimonial, oriunda da sociedade civil, que formaram desde a independência uma relação de compromisso. A ruptura não deveria ser feita ao nível do Estado, mas sim no âmbito das relações sociais de padrão patrimonial (Werneck Vianna, *Weber e a Interpretação do Brasil*).

Além de mapear a recepção de Weber, Werneck Vianna ainda advoga que estas interpretações foram incorporadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (a versão do patrimonialismo societal) e pelo PSDB (a versão

do patrimonialismo estatal), nos fornecendo uma importante tese sobre a vinculação entre a interpretação *weberiana* do Brasil e o projeto político de reforma do Estado:

Essas versões fizeram fortuna – embora nem sempre estivesse visível, em especial em fins da década de 80 e no começo da de 90, o que as singulariza irredutivelmente – e constituíram no suporte ideal das forças políticas que, após a promulgação da Constituição de 1988, se fizeram dominantes na opinião pública e nos segmentos organizados da sociedade, vindo mais tarde a assumir configuração partidária no PSDB e no PT, não por acaso originários do estado de São Paulo, o primeiro deles, como notório, ocupando a Presidência da República, e segundo o lugar de maior partido de oposição do país. (Werneck Vianna, *Weber e a Interpretação do Brasil* 45)

Como defendo neste artigo, Cardoso utiliza-se das duas pontas da recepção de Max Weber nos três momentos de sua produção intelectual para compreender o *atraso* brasileiro, pois o sociólogo inicia sua produção intelectual defendendo a existência de um patrimonialismo societal e termina advogando sobre a força de um patrimonialismo estatal oriundo da herança ibérica, o que marca uma importante inflexão em seu pensamento.

Antes de prosseguir, é importante apresentar os problemas existentes na recepção de Weber no Brasil. Sobre a questão, Carlos Sell argumenta que as interpretações brasileiras ignoram que o tema do patrimonialismo é baseado em dois modelos separados pela Primeira Guerra Mundial. Nos primeiros escritos de Weber, o patrimonialismo seria uma derivação do patriarcalismo (Sell, *As duas teorias do patrimonialismo* 9). Na produção do pós-guerra, Weber defende que a dominação patrimonial possui uma relação de descontinuidade em relação à dominação patriarcal (ibid. 11). No caso brasileiro existe a mistura dos dois modelos sem a devida atenção às descontinuidades (ibid. 11). Em virtude da não atenção às mudanças internas nas formulações de Weber em sua sociologia da dominação, as leituras brasileiras perdem validade teórica quando relacionadas à formulação original dos escritos do sociólogo alemão (*As duas teorias do patrimonialismo*).

A metodologia de Florestan e o marxismo em Cardoso

Quando nos referimos ao pensamento de Cardoso nos vem de imediato a ligação com a obra de Karl Marx, sobretudo porque o sociólogo, em 1958, fundou junto com outros intelectuais uspianos, como José Arthur Giannotti, Paul Singer, Fernando Novas, Ruth Cardoso e Octávio Ianni, um seminário para estudar *O Capital*, a obra magna do pensador alemão.

Schwarz (*Um Seminário de Marx*) argumenta que a composição do seminário era interdisciplinar, pois contava com representantes de história, filosofia, economia, sociologia e antropologia, que eram requisitados de acordo com os assuntos estudados. Estes intelectuais se reuniam quinzenalmente para discutir em torno de 20 páginas de *O Capital*. O interesse pela obra de Marx era de caráter puramente acadêmico, pois os intelectuais que fizeram parte deste seminário procuraram se afastar da cultura política da esquerda marxista que era dominada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB):

Dito isso, a contribuição específica do seminário veio por outro lado. Os jovens professores tinham pela frente o trabalho de tese o desafio de firmar o bom nome da dialética no terreno da ciência. De modo geral, escolheram assunto brasileiro, alinhados com a opção pelos de baixo que era própria à escola, onde se desenvolviam pesquisas sobre o negro, o caipira, imigrante, o folclore, a religião popular. (Schwarz, *Um Seminário de Marx* 7)

A ligação puramente teórica com o marxismo também é referendada por Cardoso, sobretudo ao se referir ao núcleo duro do seminário (Cardoso, *Fernando Henrique Cardoso*). Aliado ao caráter puramente acadêmico, que deslocara a utilização da dialética marxiana da política socialista, outro elemento que singularizou o relacionamento de Cardoso com o marxismo foi a sua utilização a partir da proposta metodológica levada a cabo por Florestan Fernandes. Esta se constituía na utilização conjunta dos métodos de Émile Durkheim,

Max Weber e Karl Marx, chamada por Gabriel Cohn de *eclétismo bem temperado*. Segundo Cardoso, o Marx ensinado por Florestan era aquele para o desenvolvimento de análises de longa duração (*Fernando Henrique Cardoso*).

Não descarto, portanto, a importância que a dialética marxiana possui para o pensamento de Cardoso que, sem ela, teria profundas dificuldades em analisar a própria formação do capitalismo e as relações resultantes do processo de dependência entre centro e periferia, que são baseadas em categorias fundamentalmente marxistas (Campante, *Patrimonialismo no Brasil* 148). Todavia, acredito que a utilização de Max Weber possui um papel de fio condutor do argumento, uma vez que aponta para o patrimonialismo como grande dilema a ser enfrentado e vencido pela sociedade brasileira.

Fernandes (*Fundamentos*) se debruça durante os anos 1950 sob a questão da indução na sociologia. Na proposição do autor, os métodos funcionalista (Émile Durkheim), compreensivo (Max Weber) e dialético (Karl Marx) poderiam ser utilizados de forma conjunta de acordo com os interesses de pesquisa. Cardoso afirma que aprendeu a utilizar os três grandes clássicos de acordo com o tipo de análise que iria ser desempenhada.

Tal proposição seria possível porque os métodos acima citados teriam limitações que seriam complementadas pela junção com os outros métodos. De acordo com Cohn (*O eclétismo bem temperado* 49), Florestan tem como questão central a proposição sobre como se poderia dar conta dos fenômenos na sua diferenciação interna e na sua multiplicidade. Ainda segundo Cohn, Fernandes propõe esse fazer sociológico através da generalização da noção de tipo (*O eclétismo bem temperado*).

Fernandes (*Fundamentos*) constrói uma proposta eclética, uma vez que haveria uma relação de complementaridade entre os métodos dos três pais fundadores da sociologia. Essa perspectiva eclética, todavia, não possui um caráter relativizador e estéril porque leva em consideração as discontinuidades existentes nas proposições dos clássicos: “Quer dizer: eu vou à realidade ou bem construindo tipos ideais, tipos médios ou tipos extremos. No interior deste universo é que se articulam as diferenças que

podem vir mais adiante no âmbito metodológico” (Cohn, *O eclétismo*).

A exposição da proposição metodológica de Fernandes é de fundamental importância para o argumento que defendo neste artigo, pois Cardoso incorpora esse fazer sociológico do mestre, como pode ser visto, por exemplo, em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, obra que, em princípio, seria a reprodutora de uma interpretação puramente marxista sobre a formação do capitalismo no Brasil:

Quando escrevi este livro, eu já havia lido muito Parsons, Merton (que eram funcionalistas) e Weber. Minha leitura de Marx foi posterior a estes autores, e eu não poderia desprezar a contribuição de seus modos de análise para obter uma visão mais diferenciada da sociedade escravocrata. A ideia do patriarcalismo escravista vem de Weber. A análise de “ajustamento entre expectativas”, de papel social ou da socialização incompleta vem dos funcionalistas. E, assim como essas, muitas outras análises e conceitos não provêm de Marx. Isso, que pode parecer “eclétismo” aos marxistas teológicos, era usual entre os que foram alunos e trabalharam com Florestan Fernandes. A paixão pelo saber, a pachorra da análise, os tormentos da síntese não respeitavam as “escolas” político-filosóficas. Podíamos até tê-las, mas éramos, como sou em quase tudo hoje, heréticos e antifuncionalistas. (12-13)

A citação acima demonstra como Cardoso incorporou o mesmo fazer sociológico de Florestan. Todavia, ao contrário do fio condutor marxista contido na obra do mestre, acredito que Cardoso terá em Max Weber e sua sociologia da dominação os elementos norteadores de sua interpretação do Brasil. Defendo este ponto abaixo, ao analisar a forma como Cardoso recepciona a sociologia da dominação weberiana para compreender a formação do capitalismo, da sociedade brasileira e dos seus dilemas mais importantes.

Max Weber e o pensamento de Cardoso

Meu objetivo nesta seção é construir uma interpretação abrangente do pensamento de Cardoso. Nesse sentido, analiso detidamente sua produção intelectual mais vigorosa, construída entre a segunda metade dos anos 1950 e o início dos anos 1980. Para tanto, utilizo como suporte metodológico o contextualismo linguístico de Quentin Skinner (*Significado y comprensión*). Através da metodologia de Skinner tenho uma importante ferramenta para dividir o pensamento de Cardoso em três momentos específicos: *estudos sobre as relações raciais e a mudança social; desenvolvimento e dependência; dependência e autoritarismo*. Com esta divisão consigo demonstrar quais eram os léxicos linguísticos que estruturavam o debate intelectual de cada uma dos momentos do pensamento do sociólogo, bem como as respectivas intenções de suas publicações.

O primeiro momento da produção intelectual de Cardoso dá-se na metade dos anos 1950 com suas pesquisas sobre as relações raciais no Sul do Brasil e seus textos sobre a mudança social. Tais investigações foram um desdobramento das pesquisas inicialmente feitas por Florestan Fernandes e Roger Bastide em São Paulo para o Projeto UNESCO. Até o início dos anos 1960 a temática das relações raciais possui centralidade na Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), pois além dos trabalhos sistemáticos sobre a questão Florestan e o seu grupo publicaram alguns trabalhos sobre a mudança social. Neste momento, portanto, *mudança social e democracia racial, feudalismo, racionalização, secularização, modernização*, conformavam os léxicos principais do debate intelectual no qual Cardoso estava inserido sobre questão racial, sociedade escravista e mudança social.

Como meu objetivo é demonstrar a recepção e a importância do conceito de patrimonialismo para Cardoso, farei a exposição de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, obra na qual Max Weber e Karl Marx são utilizados conjuntamente para interpretar o Rio Grande do Sul escravocrata, e realizarei também uma

síntese dos trabalhos sobre a mudança social.

Estudos sobre relações raciais e mudança social

Cardoso havia feito a pesquisa sobre a sociedade escravista e as relações raciais em Santa Catarina juntamente com Octávio Ianni e Renato Jardim Moreira. O projeto, contudo, abrangia ainda os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. O Paraná ficou por conta de Ianni, e o Rio Grande foi estudado por Cardoso. Inicialmente, a pesquisa envolveria uma análise que ia desde a constituição da sociedade escravista até a década de 1950. [1] Todavia, a criação do *Seminário de Marx* fez com que o foco da pesquisa fosse modificado através da utilização da dialética como a metodologia mais importante. A partir desta utilização, a questão das relações raciais passou a ter um patamar subordinado na pesquisa levada a cabo por Cardoso:

O que o livro investiga em pormenor são as conexões efetivas entre capitalismo e escravidão numa área periférica do país, área com certa autonomia, mas dependente do que se passava nos âmbitos centrais e na vizinha Argentina, onde vigorava o trabalho assalariado. (Schwarz, *Um Seminário de Marx* 8)

Cardoso passou a analisar a constituição do capitalismo em uma ordem pautada pela escravidão e pelo profundo arbítrio. Nesse sentido, Max Weber ganhou centralidade uma vez que o conceito de patrimonialismo tornou-se elemento de crucial importância para demarcar a singularidade do capitalismo escravista, bem como do dilema referente à sua plena realização na ordem social competitiva.

O sociólogo afirma que a sociedade gaúcha se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, com a constituição de posições assimétricas na estrutura social. Nesta estrutura, as formas autocráticas de dominação, com apelo ao arbítrio e à força bruta, tinham peso decisivo para a manutenção do controle social. Isto fazia com que as normas formalmente estatuídas pelo Estado patrimonialista português fossem

desrespeitadas. Tal transgressão ocorria porque tanto a ordem militar estabelecida quanto a própria sociedade gaúcha não possuíam as condições necessárias para manterem o respeito à ordem jurídica estabelecida (Cardoso, *Capitalismo e escravidão*).

O regime instaurado no Rio Grande do Sul tinha como fatores estruturantes o sistema escravocrata, o latifúndio e o patrimonialismo patriarcal, que faziam com que o domínio da Coroa portuguesa fosse *corrigido* em nível local. O sistema escravocrata patrimonialista era o grande obstáculo para o desenvolvimento de forças produtivas que viessem a implantar de maneira plena o sistema capitalista no Rio Grande do Sul, constituindo-se como o grande fator de *atraso* da região. Cardoso (*Capitalismo e escravidão*) afirma que da escravidão derivaria uma concepção alienadora do trabalho, responsável por impedir a constituição de formas mais complexas de trabalho humano.

A escravidão possuía um caráter totalizador na sociedade gaúcha, na medida em que ela impunha uma série de avaliações sobre o papel do empreendedor, o trabalho, os homens livres, a sociedade e o destino humano (Cardoso *Capitalismo e escravidão*). Além destes pontos centrais, a escravidão ainda legava aos escravos um processo de não reconhecimento social, que fazia com que eles não fossem considerados como pessoas humanas, mas sim como coisas.

O malogro do regime escravocrata no Sul deu-se em virtude de dois fatores decisivos: a abolição da escravatura e a imigração. Estes movimentos, todavia, não representaram a constituição de uma nova ordem para os ex-escravos, bem como de outra representação destes estratos frente aos brancos. De acordo com Cardoso (*Capitalismo e escravidão*), os movimentos de abolição e imigração foram apropriados pelas camadas dominantes, que reorientaram a reintegração do negro na nova ordem de acordo com seus interesses. Havia, portanto, a perpetuação do *antigo regime* patrimonialista na nova ordem.

Esta ação dos homens brancos fazia com que os ex-escravos tivessem como únicas opções continuar trabalhando nas mesmas condições em que viviam no regime escravocrata, tendo o estatuto formal de homens livres, ou se rebelar

contra tudo o que o trabalho desqualificado significava, que faria com que os negros vivessem na ociosidade e no desregramento (Cardoso *Capitalismo e escravidão*). Cardoso afirma que esta nova etapa representou uma resignificação do preconceito sobre o negro.

Em síntese, a sociedade escravocrata analisada por Cardoso tinha como características centrais os grandes domínios rurais e a escravidão estruturada pela violência e o arbítrio, derivados do patrimonialismo societal, responsáveis por explicar o *atraso* da sociedade riograndense e o preconceito racial. O patrimonialismo instituído nas relações de produção era o elemento central, neste momento da obra de Cardoso, para explicar o *atraso* brasileiro.

Cardoso também publicou alguns trabalhos sobre o tema da mudança social, que enfocavam a questão agrária (Cardoso, *Mudanças Sociais*), o sistema educacional (Cardoso e Ianni, *As exigências educacionais*) e o comportamento do operariado (Cardoso e Ianni, *Tensões sociais*). Esses trabalhos têm uma ligação direta com suas pesquisas sobre a sociedade escravista e as relações raciais no Sul do Brasil, visto que são indissociáveis para um entendimento amplo dos dilemas da mudança social. Essa relação ocorre porque o processo de mudança social rumo a uma sociedade industrial, urbana e de classes só se completaria quando a herança patrimonialista herdada do *antigo regime* fosse derrotada plenamente. Desta forma, o autor defendeu que a sociedade brasileira dos anos 1950 e início dos anos 1960 ainda possuía uma presença marcante da sociedade escravista, patrimonial e tradicional, que deixava como consequência uma profunda desigualdade social e um *atraso* nas questões agrária, educacional e no comportamento do operariado.

Desenvolvimento e dependência

A temática do desenvolvimento possui um espaço fundamental no pensamento de Cardoso. O autor escreve alguns artigos sobre o assunto entre a segunda metade dos anos 1950 e o início dos anos 1960. Estes estudos, todavia, foram trabalhos periféricos em relação à temática central da Cadeira de Sociologia I

da FFCL da USP, que eram os estudos sobre as relações raciais e a sociedade escravista no Brasil. Além deste fato, os textos publicados por Cardoso nesse período não tinham o objetivo de adentrar de maneira sistemática no debate sobre o desenvolvimento brasileiro. Tal fato pode ser comprovado com o texto publicado pelo sociólogo sobre *desenvolvimento econômico e nacionalismo* na década de 1950 (Cardoso, *Desenvolvimento econômico*). Este texto possui uma visão completamente oposta àquela o autor terá sobre o nacionalismo após sua pesquisa sobre o empresariado brasileiro.

Assim, a temática do desenvolvimento se torna central na produção de Cardoso através da criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, o CESIT. A partir deste momento a temática do desenvolvimento torna-se o tema de pesquisa principal para os pesquisadores vinculados à Cadeira de Sociologia I da FFCL (Romão).

A partir da criação do CESIT, Cardoso procura sistematicamente intervir nos debates intelectuais da época sobre o desenvolvimento brasileiro. Nesse segundo momento havia como léxicos fundamentais: *nacionalismo, imperialismo, nação-antinação, transplantação, dependência, desenvolvimento, emancipação, burguesia empreendedora*. A partir destes léxicos, aliados às agências intelectuais produtoras e disseminadoras, é que conseguimos compreender de forma ampliada este momento da produção intelectual de Cardoso. Neste segundo momento ele polemiza com as teses defendidas pelo PCB, pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e, posteriormente, pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) sobre a possibilidade da construção de um desenvolvimento sobre bases autônomas e nacionais.

Em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, Cardoso (*Empresário Industrial*) refuta a tese de que a burguesia brasileira poderia agir como um agente decisivo para instituir um desenvolvimento sobre bases autônomas e nacionais, como era amplamente defendido nos âmbitos do PCB e do ISEB. Para tanto, ele efetua um cuidadoso estudo sobre a mentalidade da burguesia brasileira a partir da continuação da junção entre o instrumental

marxista histórico-estrutural, que possibilitava a análise da realidade brasileira enquanto totalidade, e a sociologia compreensiva weberiana.

De Weber, ele procura compreender as ações da burguesia brasileira a partir da construção de dois tipos ideais: *homem de empresa* e *capitão de indústria*, além da caracterização do conceito de patrimonialismo como um dado estrutural para explicar o não protagonismo da burguesia no processo de desenvolvimento sobre bases autônomas, ou seja, o seu *atraso* civilizatório se comparada às burguesias dos países centrais. A partir da permanência do patrimonialismo de origem agrária, Cardoso caracteriza o sistema político brasileiro como tradicional, bem como explica o processo de exclusão das classes populares.

A construção dos tipos ideias, *capitão de indústria* e *homem de empresa*, foi importante para demonstrar como a burguesia nunca possuiu consciência de classe, e também como esta sempre agiu com relações de compromisso com a política patrimonialista, responsável pelo *atraso*. Esta visão e comportamento arcaico da maior parte da burguesia brasileira serviam como fatores para a negação das interpretações mais influentes sobre o papel dessa classe no processo de desenvolvimento brasileiro. Os *capitães de indústria* teriam um tipo de ação deformada pelo patrimonialismo, o que estiolava a possibilidade de consciência de seu papel no processo de desenvolvimento, fazendo com o que *atraso* prevalecesse.

Após os estudos sobre a burguesia empresarial brasileira e o seu compromisso com o *atraso* representado pelo patrimonialismo de origem agrária, Cardoso aprofunda suas teses sobre o desenvolvimento brasileiro e formula, junto com o sociólogo chileno Enzo Faletto, a teoria da dependência. Se na obra sobre o desenvolvimento brasileiro Cardoso teve como interlocutores mais importantes o PCB e o ISEB, em sua obra escrita junto com Faletto seus interlocutores principais estão no âmbito da CEPAL, que visualizava para a América Latina um processo de desenvolvimento sobre bases nacionais.

Assim como ocorrido em sua pesquisa sobre a atuação da burguesia, Cardoso também

demonstra com a teoria da dependência a impossibilidade da constituição de um processo de desenvolvimento autônomo na América Latina, na medida em que os países latino-americanos mantêm relações de dependência com os polos hegemônicos do sistema capitalista internacional.

Existe um elo de continuidade entre a tese sobre a burguesia brasileira e a teoria da dependência. Como vimos na seção anterior, Cardoso analisa o processo de desenvolvimento brasileiro a partir de componentes sociais e políticos radicados no comportamento da burguesia, de maneira a fugir da perspectiva economicista. De acordo com Cardoso e Faletto (*Dependência e desenvolvimento*) “A estrutura social e política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade” (Cardoso e Faletto, *Dependência e desenvolvimento* 22). Assim como na análise sobre o empresariado brasileiro, a teoria da dependência tem nas estruturas de domínio um caráter central. Isto ocorre devido ao protagonismo da estrutura de dominação, através de sua interação com capitalismo central no sentido de encaminhar o processo de desenvolvimento latino-americano.

Portanto, a dinâmica referente ao sistema de relações entre as classes sociais nas nações dependentes torna-se o fator chave para se compreender o processo de desenvolvimento. Neste sentido, Cardoso e Faletto (*Dependência e desenvolvimento* 36) afirmam que o ponto central para a dinâmica do sistema econômico dependente “no âmbito da nação, está determinado - dentro de certos limites - pela capacidade dos sistemas internos de alianças para proporcionar-lhe capacidade de expansão”.

Como neste momento o objetivo central de Cardoso não é fazer nenhuma análise exegética sobre o Estado brasileiro, mas sim construir uma nova explicação macroestrutural para o processo de desenvolvimento latino-americano, a questão do patrimonialismo passa como algo sem maior importância na argumentação do autor. Nesse sentido, a condição de dependência parece funcionar como uma *variável independente* das mudanças ocorridas nos países latino-americanos, como o Brasil, e

de seus consequentes dilemas. É interessante notar como as relações de dominação, tão caras a Max Weber, são fundamentais para a teoria de Cardoso.

No lugar de constituir um processo de desenvolvimento sobre bases autônomas e nacionais como pregavam as teses do PCB, ISEB e da CEPAL, o caso latino-americano será caracterizado pela heteronomia e por um desenvolvimento parcial. A realidade latino-americana, portanto, é marcada pela existência de países periféricos, industrializados e dependentes (*Dependência e desenvolvimento* 127). Nesse sentido, a dependência estrutural a que estão submetidos os países latino-americanos deixa um espaço para a realização da dinâmica interna. É dentro deste espaço de autonomia relativa que a dominação patrimonialista era reproduzida no Brasil, através das correlações de forças que instituíam a dominação política nos diversos momentos históricos analisados pela teoria de Cardoso.

Dependência e autoritarismo

Como vimos na seção anterior, a grande temática da intelectualidade brasileira durante os anos 1960 foi referente à questão do desenvolvimento. Durante a década de 1970, todavia, o desenvolvimento dependente não será a única preocupação de Cardoso. Haverá também a preocupação em compreender a natureza do Estado brasileiro de forma a poder constituir um entendimento preciso do regime militar instaurado no Brasil.

O autoritarismo apenas torna-se uma questão decisiva para a intelectualidade brasileira durante os anos 1970, precisamente a partir de meados desta década. Neste momento, os léxicos linguísticos principais que vão conformar o debate intelectual são: *dualismo, estagnação, populismo, nacional-desenvolvimentismo, autoritarismo, sociedade civil, democracia, desenvolvimento, dependência, modernização conservadora, Estado burocrático, revolução socialista*. Analiso nesta seção a interpretação do Brasil formulada por Cardoso nos anos 1970, quando este modifica sua caracterização do patrimonialismo brasileiro de societal, oriundo do modo de produção escravocrata, para estatal,

resultante da herança ibérica patrimonial. Juntamente com essa significativa modificação na caracterização do patrimonialismo brasileiro, Cardoso circunscreve os dilemas brasileiros em torno da constituição de uma ordem democrática ao universo eminentemente institucional.

Cardoso afirma que nosso desenvolvimento econômico dependente é ancorado a uma estrutura política não democrática que foi plasmada em solo ibérico, sendo transplantada para o Brasil sem possuir traço efetivamente europeu, pois o desenvolvimento capitalista e a revolução burguesa não conseguiram modificá-la plenamente (Cardoso, *Autoritarismo e democratização* 12). Cardoso afirma que:

É que o Estado nacional independente no Brasil nasceu depois da transferência do Estado imperial português para este país. Foi a única situação na América Latina em que o Estado da Metrópole se deslocou, com D. João VI e toda a sua burocracia, para uma colônia. Por isso, o aparelho estatal brasileiro é extremamente complexo desde o século XIX. E quando se efetua o processo da independência o Estado nacional herda esse aparelho estatal do Império português. (*O Estado na América Latina* 84)

A tese da herança patrimonial teria o papel de um dos elementos explicativos dos vários momentos de autoritarismo existentes no país, como paternalismo autocrático do Império, a *democracia de elites* da República Velha, o populismo autoritário e o autoritarismo tecnocrático (Cardoso, *Autoritarismo e democratização* 13). Ou melhor, até a instituição do golpe de 1964 será o elemento fundamental do autoritarismo brasileiro, pois até então a dominação política no Brasil seria plenamente tradicional.

Outro ponto a ser notado é a afirmação de Cardoso de que no Brasil o liberalismo funcionou como algo de fachada, não possuindo autênticos liberais e também porque era fortemente derruído pela desigualdade (Cardoso, *Autoritarismo e democratização*). Tal proposição vai ao encontro da caracterização feita por Faoro (*Os Donos do Poder*) sobre o liberalismo no Brasil.

Cardoso (*Autoritarismo e democratização*)

inicia sua análise com o processo de formação das cidades na América Ibérica, que teriam como função atender as necessidades do mercantilismo ibérico e do Estado patrimonial português. Haveria uma dialética entre a vila agroindustrial e o Estado patrimonial, ou seja, entre os interesses dos senhores territoriais e os funcionários da Coroa, constituindo o pano de fundo da vida colonial (Cardoso, *Autoritarismo e democratização*). Para demonstrar o peso da burocracia no Brasil, Cardoso afirma que nas cidades coloniais os dois tipos que estruturavam as relações sociais eram o funcionário e o senhor de terras. Esta relação começou a ser modificada alguns anos antes do processo de independência através da reativação das cidades como foco de decisão política, com o fortalecimento dos mercados existentes nas cidades e também com a crescente influência das classes dominantes na vida política da Região (Cardoso, *Autoritarismo e democratização*). Com o processo de independência foi constituída a fase de dependência nacional. Cardoso afirma que este processo de independência levou prosperidade para várias partes da América Latina, mas sem romper com o *antigo regime* patrimonialista.

Durante o Império, o Estado patrimonialista brasileiro era regido por um rei-senhor, que derivava para o plano administrativo o sistema de patronato (Cardoso, *Autoritarismo e democratização*). Cardoso (*A construção da democracia*), fazendo referência direta a Faoro, fala sobre a existência de estamentos burocráticos durante o Império. Inclusive, a queda do Império será capitaneada, assim como defende Faoro, por um estamento burocrático militar que havia sido deixado de lado durante o Império. Cardoso (*A construção da democracia*) afirma que a mudança para a República foi bastante significativa no sistema de dominação e no nível das instituições. Todavia, não foi suficiente para romper com o domínio burocrático e patrimonialista.

Após este primeiro momento de domínio do estamento burocrático militar foi instituído o domínio oligárquico, que seria vigente até a instituição do golpe militar em 1964. As relações se constituíam numa base patrimonialista entre Estado e sociedade, entre poder central

e poder local, reforçando as características do Estado patrimonial (Cardoso, *Autoritarismo e democratização*). Neste sentido, Cardoso diverge de interpretações como a de Faoro ao considerar simplista e insatisfatória a caracterização do Estado como controlado unicamente por um estamento burocrático pairando sobre a nação.

Cardoso afirma que o patrimonialismo estaria enraizado na América Latina e que teria no catolicismo seu suporte cultural. Para tanto, o autor constrói uma relação dicotômica entre o catolicismo e o individualismo protestante para demonstrar como a religião seria responsável pela constituição do patrimonialismo católico. Este seria coletivista, menos responsável individualmente, sendo o Estado visto como pai benevolente (Cardoso, *Autoritarismo e democratização*). Nosso Estado patrimonialista teria uma feição católica, que seria reforçado pelo processo de mobilização das massas urbanas. Interessante a ser ressaltado é que a visão do patrimonialismo brasileiro como católico é similar à interpretação feita por Faoro, que também liga o patrimonialismo ao catolicismo (Santos Jr.).

Em virtude do domínio do patrimonialismo católico, teríamos um estilo de participação fortemente dependente do Estado, tendo pouco a ver com o sistema de representação e voto herdado do liberalismo individualista europeu (Cardoso, *Autoritarismo e democratização*). Como podemos perceber, o patrimonialismo estava enraizado em nossa realidade social, tendo peso decisivo para a interpretação dos dilemas do Brasil e da América Latina no que se refere à questão da sociabilidade. Cardoso (*Autoritarismo e democratização*) argumenta que o passado colonial e o patrimonialismo contínuo deixaram uma pesada herança nas sociedades brasileira e latino-americana.

Até o populismo teríamos o domínio do Estado patrimonial estruturado por um sistema político eminentemente tradicional. Este domínio, todavia, seria modificado com o regime instaurado em 1964. Segundo Cardoso (*A construção da democracia*), este teve consequências revolucionárias em nossa realidade social, pois colocou a burguesia junto ao desenvolvimento do capitalismo internacional

e também porque subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica. Além destes fatores, ainda possibilitou a modernização da máquina estatal e também lançou as bases para a implantação de um setor público da economia, chamado pelo autor de *burguesia de Estado*, que estava integrada ao capitalismo internacional (Cardoso, *Autoritarismo e democratização* 98). Com isso, teríamos a passagem do sistema patrimonialista tradicional para o regime autoritário corporativo, estruturado em termos civis e militares, e que teria no capitalismo oligopólico seu ponto central (Cardoso *Autoritarismo e democratização*).

Mesmo com as importantes modificações efetuadas, a tradição de Estado forte aliada a um controle político elitista fez com que o patrimonialismo ibérico fosse refeito nesse período. O atraso representado pelo patrimonialismo coexistira na nova ordem entrelaçado com a modernização do aparelho estatal e com o moderno desenvolvimento econômico.

De acordo com Cardoso houve neste momento o protagonismo da tecnocracia. A partir do protagonismo deste setor ocorreu um processo importante de modernização do aparelho do Estado (aliado à repressão social), bem como a adoção de medidas econômicas favoráveis à ação empresarial (Cardoso *Autoritarismo e democratização*). Este processo foi se intensificando até o ponto da constituição do regime burocrático-autoritário, regime estruturado em um processo de dependência internacional, que permitia certo dinamismo do crescimento econômico e mobilidade social, mesmo que apenas no âmbito urbano (Cardoso *Autoritarismo e democratização*).

Este regime, entretanto, não seria mais economicamente apenas dependente, mas possuiria como característica definidora o seu caráter dependente e associado. Neste sentido, teríamos como dois fatores importantes do regime burocrático-autoritário o caráter dependente de nossa economia aliado à tradição centralizadora, burocratizante e patrimonialista do Estado brasileiro, que foram responsáveis pela redefinição do quadro institucional (Cardoso *Autoritarismo e democratização*). Esta redefinição se deu com a gestação de um

sistema híbrido, que fortalecia os interesses das multinacionais e também a empresa pública, e ampliava a capacidade de controle do governo sobre a sociedade:

São alguns exemplos: o empresariado estatal constitui-se como camada significativa da classe dominante; a antiga burguesia nacional não desaparece, mas se incrusta entre a empresa estatal e a multinacional, tratando de reservar para si espaços econômicos relativamente importantes; o grande capital estrangeiro aparece socialmente como burocracia internacionalizada constituída por administradores profissionais, com forte 'presença estrutural' mas com enorme dificuldade para constituir-se, no plano da política local, como classe para si. (Cardoso, *Desenvolvimento dependente-associado* 458)

As relações travadas entre os componentes do regime burocrático-autoritário e a sociedade civil se davam através de *anéis burocráticos*, mecanismo de cooptação dos membros das classes dominantes nas cúpulas decisórias (Cardoso *Autoritarismo e democratização*). Cardoso afirma que utilizou o termo burocrático para demarcar a necessária localização no aparelho do Estado. Estes anéis demonstrariam como os interesses patrimonialistas estariam fortemente enraizados no Estado.

Este sistema de anéis foi responsável pela exclusão das massas como fontes legitimadoras do Estado. O sistema político brasileiro teria como ponto crucial um amálgama entre uma organização política baseada na existência de classes inseridas numa ordem de cunho industrial e monopólico, aliada a outra enraizada no patrimonialismo estatal originário do sistema capitalista colonial (Cardoso, *Autoritarismo e democratização* 236). Com isso, teríamos uma condução elitista e patrimonialista da vida política no Brasil, pautada pelas relações de compromisso entre a burguesia internacionalizada e os empresários públicos, coexistindo com uma sociedade de massas. Neste momento, Cardoso afirma que a teoria marxista seria insuficiente para compreender a complexidade do mundo, passando Max Weber

a ter maior atualidade (Lahuerta, *Intelectuais e a transição*).

Para combater o regime autoritário estruturado pelo patrimonialismo, Cardoso propõe a reativação da sociedade civil. Isto se daria pelo fortalecimento do Estado de Direito, pelo controle responsável do aparelho do Estado. Existiria uma tendência democratizadora na sociedade, mas que seria resistente ao nível do Estado (Cardoso, *A democracia na América Latina*). Neste sentido, a resistência democrática deveria se estruturar enquanto uma luta antiburocrática, no sentido de maior controle público da ação estatal. O processo de democratização com a reativação da sociedade civil seria responsável por fazer com que as associações profissionais, os sindicatos, as igrejas, os grêmios estudantis pudessem propor soluções, entrando em conflitos produtivos para o país (*A democracia na América Latina*). Cardoso afirma ainda que era necessário reconstituir a sociedade civil para que ela pudesse se expressar na ordem política e também para contrabalançar o Estado, tornando parte da realidade política da nação (*A democracia na América Latina*). Desta forma o Brasil poderia constituir uma democracia substantiva.

Como vimos até aqui, a condição estrutural de dependência não era o fator impeditivo da constituição de uma ordem democrática no Brasil, uma vez que o dilema democrático brasileiro era representado pelo patrimonialismo ibérico. Portanto, apenas reativando a sociedade civil e derruindo o patrimonialismo enraizado no seio do Estado é que conseguiríamos instituir uma ordem plenamente moderna, plural e democrática na qual os interesses existentes na sociedade pudessem ser livres e efetivamente representados, uma vez que a sociedade era vítima do autoritarismo exclusivo do Estado.

Max Weber, Cardoso e o projeto de reforma do Estado

Se durante os anos 1970 Cardoso colocou sua análise a serviço do desmantelamento do regime político burocrático-autoritário, a partir do final dos anos 1980 o sociólogo passa a ter como encaminhamento as proposições em torno da abertura econômica e da reforma do

Estado, sob uma perspectiva socialdemocrata representada pelo PSDB:

Dito isso, convém ressituar a social-democracia como a brecha que permite, *cum grano salis*, limitar os abusos do poder, tanto público quanto privado, para obter o que nas filosofias anteriores parecia impossível: que a mola individual (melhor dito, privada) da prosperidade pressione a eficiência da economia e que o interesse coletivo seja preservado, através da esfera pública democratizada, para que os deserdados deixem de sê-lo. (*Desafios da social-democracia* 42)

Cardoso afirma que desde os seminários de fundação do PSDB foi difundida a ideia de revisão dos papéis de Estado, sociedade e mercado no mundo globalizado. Ou seja, o partido representaria uma visão moderna e consentânea com as mudanças ocorridas no mundo, pois seria necessário refazer a *engenharia institucional* de forma a poder gerar práticas democráticas. Cardoso entendia que o mercado era uma realidade inescapável depois da queda do socialismo real. Sendo assim, seria necessário construir uma nova ordem através da conjugação entre mercado, Estado e sociedade a partir da ação nos seguintes pontos: retomada do crescimento econômico; diminuição das desigualdades; governabilidade. O crescimento econômico se daria através de uma política de internacionalização da economia e também de privatizações, que deixariam a capacidade estratégica do Estado para ativar a economia (*Congresso, desenvolvimento e democracia* 43).

Assim como já ocorrera no período anterior, o Estado passa a ser a fonte de todos os nossos dilemas mais importantes, como a profunda desigualdade social. Ao comparar a realidade brasileira com a existente na Europa e nos Estados Unidos, Cardoso aponta que nosso passado escravista, colonial, patrimonialista e clientelista fora elemento crucial para a reprodução da abissal desigualdade. Por isso, deveria haver uma luta social articulada “contra a imposição de mecanismos burocráticos-manipuladores, que tornam o Estado e as instituições representativas no oposto do que

devem ser numa democracia: a expressão da vontade da população socialmente organizada” (*Democracia e desigualdades sociais* 27).

Ao analisar as relações entre Estado, mercado e democracia, Cardoso aponta a nossa formação social escravista como o fator decisivo para a constituição de uma relação distorcida entre ambos, uma vez que as potencialidades do mercado, por exemplo, não puderam ser plenamente consolidadas:

A força do mercado sempre foi muito mais acanhada e constrangida pela existência de fatores políticos, por um tipo de dominação política que nada tem a ver com a ação do Estado reformador do mercado, à europeia. O Estado aqui se acomodou à sociedade e ambos a um certo tipo de produção, guardando características mais do que conhecidas de patrimonialismo, de clientelismo etc. [...] Alguns autores fizeram uma análise mais culturalista dessas diferenças, em termos de uma tradição corporativista, de uma cultura católica, da tradição ibérica etc. A literatura sobre o tema é ampla. Não é o caso de fazermos a revisão dela, mas o fato é que, de alguma forma, a vinculação entre Estado, sociedade e democracia na América Latina deu-se a partir de outros pressupostos, outro background. (*Democracia e desigualdades sociais* 28)

Para Cardoso, a formação patrimonialista da sociedade brasileira fora o elemento crucial para gerar uma relação diferenciada entre Estado e sociedade ao compararmos às sociedades de típica formação capitalista, pois seria uma característica básica das sociedades de base latifundiário-patrimonialista (*Democracia e desigualdades sociais*). Portanto, o grande dilema no Brasil não estava nas lutas de classe ou na imposição do imperialismo, como defendem as interpretações marxistas, mas no patrimonialismo que havia se reproduzido de forma secular na realidade brasileira. De acordo com Campante, Cardoso faz parte do campo ideológico que defende o paradigma do mercado e, por consequência, interpreta o Estado como o grande vilão:

Na narrativa de Cardoso, ocupa lugar central a crítica ao Estado patrimonial, entendido como nacionalizante e estatizante, que teria se implantado contra as verdadeiras classes modernizantes do país, o complexo agrário-industrial paulista. Assim, a agenda de 'reforma do Estado' foi o *leitmotiv* do governo Cardoso. (*Patrimonialismo no Brasil* 145).

Por conta desse domínio, seria necessária a reforma do Estado para que este pudesse, de maneira efetiva, atender ao interesse público (Cardoso, *Democracia e desigualdades sociais*). Tendo em vista este quadro, o sociólogo coloca o melhor de sua produção intelectual e política em favor da abertura econômica e da reforma do Estado. Cardoso faz a defesa da socialdemocracia tendo como base sua interpretação do Brasil elaborada a partir dos anos 1970, acrescida dos seus diagnósticos da época (*Congresso, desenvolvimento e democracia*).

O sociólogo argumenta que o Estado havia sido privatizado na América Latina. Em virtude de tal privatização, a instituição de um mercado competitivo seria um elemento decisivo para derruir o patrimonialismo e o clientelismo enraizados, pois os dilemas brasileiros eram fenômenos exclusivos do Estado, como o autor já argumentara em suas proposições sobre o regime burocrático-autoritário:

Vejamos o fenômeno do patrimonialismo. Sabemos que ele sobreviveu a Vargas, progrediu sob o regime militar e, ainda hoje, se coloca no caminho da modernização do Estado. Cheguei a estudar o assunto durante os anos do autoritarismo. Falei na existência de "anéis burocráticos". Buscava representar o conluio que se dava no interior do Estado entre grandes empresários e a alta burocracia, para definir onde e como se dariam incentivos públicos. Foi uma das formas encontradas para o arbítrio perpetuar a gestão do bem público por interesses localizados. Com o retorno do Estado de Direito, o fenômeno assumiu novos contornos, mais transparentes, o que facilitou sua crítica. Os lobbies ganharam os corredores do

poder, à busca de subsídios e crédito fácil. O estamento se encastelou em nichos cartoriais para defender privilégios e regalias. (Cardoso, *A modernização do Brasil* 34)

Seria preciso a instituição de um Estado socialmente necessário, capaz de universalizar as vantagens sociais (Cardoso, *Congresso, desenvolvimento e democracia*). Desta forma, aumentaria o controle democrático sobre a gestão do Estado, fazendo com que este se tornasse sensível ao interesse público (*Congresso, desenvolvimento e democracia*). Para Cardoso, como temos demonstrado, o patrimonialismo seria o grande entrave para a modernização do Estado brasileiro e a consolidação da democracia.

As mudanças institucionais seriam responsáveis por gerar uma cultura democrática, institucionalizando as práticas de liberdade, criando-se no país o controle democrático do aparelho do Estado pela população e conseguindo, desta forma, vencer o *atraso*. O modelo de desenvolvimento dependente-associado não deveria ser modificado, pois seria o possível para o caso brasileiro. Não havia condições para escapar da ação do mercado (Cardoso, *Notas sobre a reforma*). E s t a s teses estarão presentes nos programas do PSDB, partido criado por Cardoso no final dos anos 1980. Sobre a relação entre as teses de Cardoso e os programas do partido, Sobrinho argumenta:

De sorte que as orientações propositivas de Cardoso –que estão referendadas nos primeiros programas do PSDB– enfatizam a descentralização do poder político e a organização autônoma da sociedade civil enquanto pressupostos básicos para o exercício da cidadania. Nessa direção, a reforma do estado teria que empreender a desprivatização do conjunto do estado e a superação do clientelismo, fisiologismo e corporativismo, através do estabelecimento de novos mecanismos de relacionamento entre estado e a sociedade. (*O pensamento político* 277)

Ao analisar o processo de reforma levado

a cabo por seu governo, Cardoso afirma que estava reconstruindo o Estado brasileiro. Nesse sentido, com a reforma “Substitui-se o antigo controle burocrático, frequentemente casado com interesses particularistas de clientelas patrimonialistas, por agências reguladoras com responsabilidade pública” (*Notas sobre a reforma* 10). Estas ações seriam fundamentais para modificar a tradição de centralização, cuja lógica era atender aos interesses dos grandes e ter pouca eficiência. Nesse sentido, seu governo ia de encontro a essa má tradição (Cardoso, *Notas sobre a reforma*).

No lugar da gestão burocrática e privatista seria criada a gestão gerencial, responsável por promover um espírito de mérito na burocracia, retirando os privilégios e universalizando o acesso à população. Assim, “... nas sociedades democráticas e de massas como a brasileira crescentemente será, o antigo Estado intervencionista e patrimonialista passou a ser um traje apertado” (Cardoso, *Notas sobre a reforma* 11). Com essas modificações em torno da reforma do Estado o *atraso* brasileiro, representado pelo patrimonialismo, seria vencido, uma vez que o Estado democratizado poderia finalmente atender a milhões de excluídos que viveriam em uma sociedade que não mais aceitaria a condição de penúria a que estavam submetidos. Dessa forma, derruindo-se a gestão patrimonialista do seio do Estado poderíamos constituir uma democracia efetiva no Brasil, segundo a interpretação *weberiana* de Cardoso.

Considerações finais

Cardoso baseou suas análises sobre o Estado brasileiro do final dos anos 1980 na interpretação do país produzida por ele nos anos 1970, acrescida, como demonstrei, aos seus diagnósticos de época. Ou seja, o político Cardoso norteou suas proposições a partir do seu pensamento político, esquecido pelos intérpretes que querem fazer uma vinculação entre a produção intelectual e a prática política ao analisarem apenas o tema da dependência, como são os casos, por exemplo, de Velasco e Cruz, Traspadini e Batista Jr.

A análise da parte esquecida da produção

intelectual de Cardoso nos mostra como seu pensamento político guarda *afinidades eletivas* com a interpretação liberal de Raymundo Faoro, considerado por Luiz Werneck Vianna como o grande sistematizador da interpretação que deu a justificação intelectual ao projeto de reforma do Estado.

Concordo com Werneck Vianna quando este afirma que a interpretação do Brasil baseada em Max Weber foi elemento crucial para a justificação intelectual do projeto de reforma do Estado. Todavia, considero Fernando Henrique Cardoso o intelectual que construiu a interpretação baseada que funcionou como justificação intelectual para o projeto levado a cabo pelo PSDB nos anos 1990. A partir da tese do patrimonialismo, portanto, podemos observar como as ações materiais só podem ser concretamente analisadas quando observamos o papel central das ideias e de sua eficácia social (Souza, *A guerra contra o Brasil*).

Nesse sentido, podemos entender porque Cardoso teve como um dos objetivos centrais de seu governo acabar com a chamada Era Vargas (Barboza Filho, *Os Paulistas no Poder*). Isto porque o *atraso* brasileiro estava circunscrito à dimensão institucional representada pela perpetuação do patrimonialismo no Estado, identificado por ele durante suas análises sobre o regime burocrático-autoritário. Não tenho o objetivo de analisar os oito anos de mandato de Cardoso, nem de discutir as continuidades e rupturas com a sua obra durante o período em que foi presidente do Brasil. Quero, no entanto, demonstrar como sua produção intelectual, especificamente o seu pensamento político, teve importância crucial para a elaboração do projeto de reforma do Estado.

Como vimos ao longo deste artigo, Max Weber possui um patamar de centralidade no pensamento de Cardoso, uma vez que foi utilizado para compreender o *atraso* brasileiro e balizar a ação política derivada deste diagnóstico. Com esta ligação, apresento de forma precisa a hipótese de Werneck Vianna sobre a relação entre a tese do patrimonialismo e o projeto de reforma do Estado no Brasil, pois defendo a necessidade de se unir aos fatores conjunturais explicativos do projeto, como a crise do Estado nacional-desenvolvimentista, a globalização,

o neoliberalismo, a queda do socialismo real, a interpretação *weberiana* do Brasil produzida pelo sociólogo Fernando Henrique.

Endnotes

[1] Em Ribeiro (2016), apresento a pesquisa de Cardoso sobre as relações raciais em seu sentido original, ou seja, como havia sido formulado previamente por Florestan Fernandes como desdobramentos das investigações em São Paulo, para o Projeto UNESCO.

Referências bibliográficas

- Barboza Filho, Rubem. "Os Paulistas no Poder." *Os Paulistas no Poder*, edited by Roberto Amaral. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.
- Batista JR, Paulo N. "Dependência: da teoria à prática." *Estudos Avançados*, vol.13, no. 37, 1999, pp. 215-224.
- Campante, Rubens. "Raymundo Faoro: Brasil, política e liberdade." *Faoro e o Brasil*, edited by Juarez
- Guimarães Raymundo. Perseu Abramo, 2009.
- . *Patrimonialismo no Brasil: corrupção e desigualdade*. CRV, 2019.
- Cardoso, Fernando Henrique. "Desenvolvimento econômico e nacionalismo." *Revista Brasiliense*, no. 12, 1957, pp. 88-98.
- , and Octávio Ianni. "As exigências educacionais do processo de industrialização." *Revista Brasiliense*, no. 26, 1959 novembro-dezembro, pp. 141-168.
- , and Octávio Ianni. "Atitudes e motivações desfavoráveis à mudança social." *Boletim da CLAPCS*, ano III, 1960 Agosto, pp. 15-22.
- , and Octávio Ianni. "Tensões sociais no campo e reforma agrária." *Mudanças Sociais no Brasil*. Difusão Europeia do Livro, 1969 [1961], pp. 221-238.
- . *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. Ed. Difusão Europeia do Livro, 1964.
- . *Mudanças Sociais na América Latina*. Difusão Europeia do Livro, 1969.
- . *Autoritarismo e democratização*. Ed. Paz e Terra, 1975
- . "O Estado na América Latina." *O Estado na América Latina*, edited by P. Sérgio Pinheiro, Ed. Paz e Terra/CEDEC, 1977.
- . "Desenvolvimento dependente-associado e teoria democrática." *Democratizando o Brasil*, edited by Alfred Stepan, Ed. Paz e Terra, 1983.
- , and Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Ed. Vozes, 1984.
- . "A democracia na América Latina." *Novos Estudos*, no. 10, 1984, pp. 45-56.
- . "Desafios da social-democracia na América Latina." *Novos Estudos*, no. 28, 1990, pp. 29-49.
- . "Congresso, desenvolvimento e democracia: perspectivas de ação imediata." *Fórum Nacional As perspectivas do Brasil e o novo governo*. São Paulo: Ed. Nobel, 1990.
- . "Democracia e desigualdades sociais." *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no. 32, 1991, p.23-27.
- . *A construção da democracia: estudos sobre política*. São Paulo: Ed. Siciliano, 2nd ed., 1994.
- . "Notas sobre a reforma do Estado." *Novos Estudos*, no. 50, 1998, pp. 1-12.
- . "A modernização do Brasil e lusitanidade." Ed. Roberto Albuquerque and Antônio Romão. *Congresso Brasil-Portugal: desenvolvimento e cooperação. O diálogo dos 500 anos*. EMC Edições, 2000.
- . *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- . "Fernando Henrique Cardoso." Ed. Bastos et al. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo, ed. 34. 2006.
- Cohn, Gabriel. "O ecletismo bem temperado." *O saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, edited by Maria D'Incao, UNESP, 1987.
- Dias, Fernando Correia. "Presença de Max Weber na sociologia brasileira contemporânea." *Revista de Administração de Empresas*, vol.1, no. 4, 1974, pp. 47-62.
- Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Globo, 2008.
- Fernandes, Florestan. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. Companhia Editora Nacional, 1967.
- . *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Globo, 2006.
- Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. UNESP, 1997.
- Lahuerta, Milton. *Intelectuais e a transição: entre a política e a profissão*. 1999. São Paulo USP, PhD dissertation.
- Ribeiro, Marcos Abraão. "Relações raciais e mudança social no Brasil: as publicações de Fernando Henrique Cardoso. Campos dos Goytacazes." *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, vol. 7, no. 2, 2016, pp. 161-185.
- Romão, Wagner de Melo. *Sociologia e política nos anos 1960: a experiência do CESIT*. Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2006.
- Santos Jr, Jair. *As categorias weberianas na ótica de Raymundo Faoro: uma leitura de Os donos do poder*. 2001. Campinas UNICAMP, MA Thesis.
- Schwarz, Roberto. "Um Seminário de Marx." *Novos Estudos*, no. 50, 1998, pp. 99-114.
- Schwarzman, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*.

Rio de Janeiro: ed. Campus, 2nd. ed., 1988.

Sell, Carlos Eduardo. Leituras de Weber e do Brasil: da política à religião, do atraso à modernidade. *Ciências Sociais*, Unisinos, vol. 43, no. 3, 2007, pp. 241-248.

---. "As duas teorias do patrimonialismo em Max Weber." *X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 30 August 30th to September 2nd, Belho Horizonte*, Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. Web. Accessed 10 Jul. 2020.

Skinner, Quentin. "Significado y comprensión en la historia de las ideas." *Prismas: revista de historia intelectual*, no. 4, 2000, pp. 149-191.

Sobrinho, Maria Juvêncio. *O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1973-1992): autoritarismo e democratização*. 2003. Campinas UINICAMP, MA Thesis.

Sorj, Bernardo. "Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo e o político." *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Scielo – Centro Edelstein, 2000.

Souza, Jessé. "Para além de Raymundo Faoro?" *Raymundo Faoro e o Brasil*, edited by Juarez Guimarães Raymundo, Ed. Perseu Abramo. 2009.

---. *A guerra contra o Brasil. Como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro*. Ed. Estação Brasil, 2020.

Traspadini, Luciana. *A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Topbooks, 1999.

Velasco e Cruz, Sebastião C. "Idéias do poder: dependência e globalização em F.H.Cardoso." *Estudos Avançados*, 1999, pp. 225-247.

Villas Boas, Gláucia. "A recepção controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980)." *Dados - Revista de Ciências Sociais*, no. 1, 2014, pp 5-33.

Werneck Vianna, Luiz Jorge. "Weber e a Interpretação do Brasil." *Novos Estudos*, no. 53, 1999, pp. 33-47.

---. "O presidente e a revolução passiva." Ed. *Esquerda Brasileira e Tradição Republicana: Estudos de conjuntura sobre a Era FHC-Lula*. Ed. Revan, 2006.

Biografia do autor

Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e professor e pesquisador do Instituto Federal Fluminense (IFF) campus Campos Centro. Email: olamarcos@yahoo.com.br.